

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO E REGIONAL A PARTIR DA ÓTICA DO ESPAÇO ENQUANTO REFERENCIAL TEÓRICO DE ANÁLISE: ALGUMAS REFLEXÕES

Venilson Luciano B. Fonseca¹

Introdução

Atualmente qual seria o lugar reservado para a dimensão espacial teórica no que se refere às análises sobre o espaço urbano? Qual seria a importância de se analisar o conceito de espaço como paradigma para estudos dentro da sociedade capitalista? Estes questionamentos nortearam a produção deste trabalho: não afirmaremos que as questões foram respondidas em sua totalidade, pois a complexidade do assunto exige muito mais do que um trabalho desta natureza. A proposta principal, então, reside no fato de acompanharmos o desenvolvimento do conceito de espaço no âmbito das correntes do pensamento geográfico – mas não se atendo somente a elas – com vistas a um aprofundamento teórico, na medida em que dialogamos com diversos autores, de diversas áreas do conhecimento.

Neste sentido, a discussão levantada baseou-se numa hipótese já ressaltada por Lefebvre: a importância de se considerar o espaço como um meio de produção. A produção do espaço urbano não é somente o produto das relações capitalistas: o capitalismo necessita criar meios para sua própria reprodução, para a reprodução das forças produtivas, para a reprodução da força de trabalho. Portanto, nada mais justo do que afirmar que produzir também é produzir espaço.

Segundo Preteceille (1994), atualmente existem duas principais correntes teóricas que tratam da problemática urbana e suas implicações a partir destas reestruturações do capitalismo como modo de produção hegemônico: uma focalizada na produção industrial e a outra, centrada no chamado terciário superior, denominada de “pós-industrial”. A primeira visão baseia-se na suposta crise do modelo fordista de produção, e a conseqüente perda de rentabilidade do capital, principalmente a partir dos anos 1970. Leva em conta as

reestruturações técnicas e produtivas, além das relações sociais e da organização global da produção efetivada pelas grandes empresas mundiais, na busca da restauração das taxas de lucro verificadas no imediato pós-guerra até aquela década. Estas mudanças na produção industrial levariam, dentre outras coisas, ao surgimento de novos países industrialmente desenvolvidos e a redistribuição espacial difusa das atividades relacionadas

¹ Faculdade Santa Rita – Fasar
vlfonseca@hotmail.com

à produção. Já a visão “pós-industrial”, dá destaque aos serviços e tecnologias que garantiriam o desenvolvimento das atividades produtivas, basicamente aquelas relacionadas ao transporte, circulação e tratamento da informação, além do peso considerável do capital financeiro. Em outros termos, esta visão: “(...) é construída sobre a hipótese do papel primordial desses setores em relação aos outros, em particular à produção industrial, considerada implícita ou explicitamente como ultrapassada e relegada a um papel secundário quanto à definição do dinamismo da economia e da capacidade de inovação”. (Preteceille, 1994:69).

A análise feita por Lipietz (1984) tem muito a nos esclarecer: em fins dos anos 1960, o espraiamento da acumulação intensiva – ou seja, a exportação não só de produtos industrializados, mas também do modo fordista – de certa forma homogeneizou de a produção e o consumo no mundo capitalista, agravando a crise deste modelo, reduzindo o poder hegemônico da economia americana – o “paradigma” industrial do período. Se à época da ascensão do fordismo, os mercados internos se encarregavam de consumir a produção – no esquema keynesiano de aumento da renda salarial, com o conseqüente aumento no consumo -, neste momento, torna-se fundamental a busca por “novos” mercados externos. Nas palavras do autor, “Isto porquê o salário, associado à produtividade, não é mais somente a variável que comanda (...) a taxa de lucro teórica e o crescimento dos mercados internos. Ele se torna, (ainda mais) um fator determinante da competitividade de um país”. (Lipietz, 1984:91).

Portanto, os países que nesta época eram considerados “industrializados” – casos dos EUA e da Europa Ocidental – viam-se em uma situação de insegurança, pois todo aumento de salário real comprometia a sua capacidade de exportação, na mesma medida que incentivava a importação.

Por outro lado, a visão pós-industrial da “cidade global”, dentre outras coisas, prediz a “(...) diluição progressiva das categorias operárias em uma vasta classe média”. (Preteceille, 1994:70), levantando duas principais hipóteses: a desindustrialização-terceirização e/ou a dualização do mercado de trabalho, com diminuição das categorias médias de trabalhadores – operários qualificados, e crescimento de duas categorias aparentemente opostas – as categorias superiores ligadas às atividades terciárias

dominantes e as categorias inferiores necessárias ao funcionamento das primeiras. A “cidade global”, defendida por Sassen (1993) nos leva a crer que, se em períodos anteriores o crescimento de determinados setores da economia implicava em crescimento nacional, hoje “(...) as condições que promovem o crescimento das cidades globais incluem como componentes significativos o declínio de outras áreas(...)”. (Sassen, 1993: 201), em um mesmo país.

Opinião semelhante tem Castells (2000), quando afirma que à medida que a economia global se expande, incorporando outros mercados, organiza a produção dos serviços necessários para a administração das novas unidades. Neste estudo, relata que a economia global seria organizada em torno de centros ou pontos nodais, de uma rede de controle e comando, interligando as empresas. Estes pontos nodais, atualmente, seriam as cidades de Nova Iorque, Londres e Tóquio, que concentrariam a maioria dos fluxos financeiros, de serviços e informações mundiais. O autor sugere que não se pode reduzir este fenômeno aos núcleos urbanos do topo da hierarquia proposta. A cidade global “É um processo que conecta serviços avançados, centros produtores e mercados em uma rede global com intensidade diferente e em diferente escala, dependendo da relativa importância das atividades localizadas em cada área vis-à-vis a rede global”. (Castells, 2000:407).

Em suma, as regiões ou cidades tornam-se potencialmente “cidades globais”, desde que consigam alterar a sua base produtiva, inserindo-se na teia global dos fluxos do capital. Isto implicaria, dentre outras medidas, na abertura dos Estados nacionais ao investimento de capital estrangeiro direto na bolsa de valores, em operações bancárias e na aquisição de patrimônio das empresas locais.

Porém, em recente artigo, Compans (1999) rebate a transposição do esforço teórico citado acima, como o paradigma único para as estratégias de desenvolvimento local, ou seja, para o futuro das cidades. Em outros termos, afirma que a lógica do investimento estrangeiro continua obedecendo às antigas relações entre centro e periferia. Portanto, a articulação do local ao global, sem a mediação da economia regional e nacional, proposta no paradigma da cidade global, não consegue explicar, por exemplo, as crises dos mercados financeiros asiáticos em 1997 e a mexicana de 1994. Nestas crises, ficou claramente comprovada a fuga maciça de capitais para os mercados financeiros mais “seguros” – como EUA, Europa e Japão -, que, em última instância, têm a garantia dos Governos Nacionais para as transações financeiras.

Todavia, quando nos aproximamos da visão industrial, é notória a tentativa de “superar” os limites da produção fordista, baseada, dentre outras coisas, na produção estandarizada e em massa para mercados de massa. Os princípios da administração taylorista, aliados a este modelo industrial, revelou seus limites, principalmente quando nos remetemos aos altos custos de manutenção dos estoques e a dificuldade de adaptação ao “mercado” nos momentos de crise. Estes problemas em conjunto com a sua incapacidade de resolver as contradições inerentes ao próprio regime de acumulação capitalista, levariam a compreensão de que, “Na superfície, essas dificuldades podem melhor ser apreendidas por uma palavra: rigidez”. (Harvey, 1992:135). Vale ressaltar que quando nos referimos ao fordismo, não podemos imaginar que se trata apenas de um modelo de produção industrial. Aliado a políticas keynesianas de manutenção de salários e seguridade social, o modelo

fordista refere-se também a um modo de regulação social. Este modo de regulação social poderia ser definido “(...) como um aparato de produção historicamente específico (capitalismo), pelo qual se gera, apropria-se e se mobiliza o excedente” (Boddy, 1990:45).

Mas não são apenas as empresas que passaram por reformulações de ordem empresarial. Os próprios estados nacionais, tanto para atenderem as exigências de suas empresas, bem como para controlarem seus gastos públicos, entraram em uma onda frenética de privatizações de estatais e atração de empresas para seus territórios. A atração de empresas não se faz meramente pela oferta de terrenos e infra-estrutura básica de operação, mas passa também por um modelo de reformulação drástico, na tentativa de mudar o perfil das cidades. Logicamente percebemos que os Governos centrais – com destaque para os países de economia periférica -, encontram-se extremamente fragilizados nesta “nova ordem mundial”.

No caso brasileiro, a Constituição Federal de 1988 delegou novos poderes para os municípios dentro da hierarquia federativa da União. Eles, que desde a época da ditadura militar eram praticamente irrelevantes como unidades da Federação, tiveram com a última carta Magna uma maior autonomia para gestão de seus fundos públicos (Becker, 1991), norteando-os para uma “disputa” para atração de empresas e capital, com o intuito de gerar emprego e renda para seus cidadãos. Harvey (1996) chama este processo de “empresariamento urbano”, que, dada a inevitabilidade da “competição interurbana”, estaria permeando as administrações municipais. Cabe ressaltar que as políticas de desenvolvimento econômico efetuadas por estas administrações, variam de um município a outro: Alguns optam por atração de indústrias, outros tentam se adaptar para atender o setor terciário, enfim, acreditamos que as análises sobre os seus Planos Diretores podem responder com mais clareza esta questão, conforme demonstrou Moreno (2002).

Até agora nos detemos nas questões referentes às reestruturações produtivas, tanto de empresas quanto de países, em uma análise essencialmente econômica. Entretanto, acreditamos que o espaço também exerce um poder determinante nestas relações. Esta determinação aparecerá cristalizada na estruturação do espaço e terá sua forma nas diversas paisagens produzidas. Em outros termos, o estudo desta paisagem tem relação direta com os fatores que a produziram. Dentro desta perspectiva, o espaço seria a expressão da sociedade, a própria sociedade. Conforme Castells (2000:435-6), “Espaço é um produto material em relação a outros produtos materiais – inclusive as pessoas – as quais se envolvem em relações sociais (historicamente) determinadas que dão ao espaço uma forma, uma função e um sentido social”.

No momento atual, caracterizado por Castells como o “modo de desenvolvimento informacional”, existiriam dois “espaços”: o espaço de fluxos e o espaço de lugares. O

primeiro seria a organização material de práticas sociais de um tempo determinado e compartilhado, que funcionariam por meio de fluxos. Sendo que estes seriam as seqüências intencionais, reproduzíveis e programáveis de intercomunicação entre pontos fisicamente separados, mantidas por pessoas, dentro das esferas econômicas, políticas e da simbologia desta “nova” sociedade. Estas “pessoas” poderiam ser compreendidas como àquelas presentes nas estruturas sociais dominantes, ou seja, as organizações e instituições cuja lógica desempenha um papel estratégico na formatação de práticas e de consciências sociais para o conjunto da sociedade. O espaço de fluxos poderia, então, ser descrito a partir da combinação de camadas de suportes materiais, que juntas comporiam este espaço: aquela camada constituída pelos impulsos eletrônicos – todo o atual sistema de informação, microeletrônica, processamento computacional -; uma segunda, formada pelos nós da rede, ou seja, os centros nodais de importância estratégica, e os centros de comunicação. E uma última camada fundamental nesta construção teórica de Castells (2000), refere-se à organização espacial das elites dominantes e não mais das classes, que exercem as funções de comando em torno do qual esse espaço está articulado. Em suas próprias palavras: “O espaço de fluxos não é a única lógica espacial de nossas sociedades. É, contudo, a lógica espacial dominante porque é a lógica espacial dos interesses/funções dominantes em nossa sociedade”. (Castells, 2000:440).

Em oposição a este espaço de fluxos estaria o chamado “espaço de lugares”. Para Castells, “Um lugar é um local cuja forma, função e significado são independentes dentro das fronteiras da contigüidade física”. (2000:447), ou seja, as “(...) pessoas vivem em lugares. Mas como a função e o poder em nossas sociedades estão organizados no espaço de fluxos, a dominação estrutural de sua lógica altera de forma fundamental o significado e a dinâmica dos lugares”. (2000:451).

Algo semelhante fez Santos (1996), ao destacar as verticalidades e horizontalidades do espaço. O cotidiano das pessoas seria o chamado espaço banal, as horizontalidades, onde pouca ou nenhuma importância teria para as formas capitalistas atuais, enquanto as verticalidades seriam os espaços necessários à afirmação e aceitação desta “nova” fase do capitalismo. Seriam constituídas pelas redes de telecomunicações, das funções de comando que poderiam ser exercidas sem a presença física do controlador, isto é, as funções de comando podem estar distantes fisicamente daquilo que é comandado. A tentativa última seria a extinção das horizontalidades, do espaço banal, do cotidiano das pessoas, em uma homogeneização perversa de tudo e de todos, que acaba, em um movimento dialético, dando força ao entrincheiramento e reafirmação de singularidades, seja através da religião, sentimentos nacionalistas ou classistas.

Optamos, portanto, para explorar esta variedade de discussões da seguinte maneira: no primeiro capítulo procuramos debater as principais correntes do pensamento geográfico

no que se refere ao conceito de espaço. Em seguida, buscamos explorar as teorizações mais refinadas e atuais sobre a importância do espaço enquanto categoria de análise relevante. A inclusão da problemática espacial como elemento chave nesta discussão, tem raízes nas formulações de Castells (2000), Soja (1993), Gottdiener (1997), Santos (1996) e Lefebvre (1999).

A geografia no espaço e o espaço na geografia

Começamos com a noção de espaço em Kant², quando afirma que o conceito de espaço não poderia ser abstraído a partir da experiência, ou seja, este conceito jamais poderia ser empírico. Segundo ele, para se pensar alguma coisa “fora de si” e entendê-las como exteriores, dispostas em algum lugar que não aquele onde nos encontramos, é necessária uma concepção apriorística de espaço. Em suas palavras:

“(...) para que determinadas sensações sejam relacionadas com algo exterior a mim (...) e igualmente para que se possa representá-las como exteriores e a par umas das outras, por conseguinte não só distintas, mas em lugares diferentes, necessita-se já o fundamento da noção de espaço. Então, a representação de espaço não pode ser extraída pela experiência das relações dos fenômenos externos”. (Kant, 2003:68).

Santos (2002), analisando esta concepção em Kant, afirma que apesar do espaço não poder ser abstraído empiricamente, ele tem uma realidade externa, afinal o que identificamos é a disposição das coisas no espaço. Kant afirma ser o espaço uma representação *a priori* que fundamentaria todas as intuições externas. Como exemplo, afirma a impossibilidade de uma representação sem o espaço, apesar de podermos imaginar um espaço vazio, sem coisa alguma sobre ou dentro dele. Para tanto, o espaço seria a condição mesma da existência dos fenômenos e não algo determinado por eles.

O conceito de espaço, não sendo discursivo, somente pode ser uma intuição pura. Quando falamos em vários tipos de espaço, estamos nos referindo apenas a partes de um mesmo e único espaço existente, ou seja, as partes não podem ser entendidas como elementos constituintes deste espaço *uno*, porque ele abrange tudo e, portanto, é anterior às partes, pois somente podem ser pensadas nele. Santos (2002) afirma que, nesta

² A importância de incluirmos Kant em uma discussão sobre o espaço é sugerida por Douglas Santos (2002), e comentada por Ruy Moreira, quando afirma ser ele um dos “inventores do espaço moderno”. Neste caso, Kant torna-se um meio de renovar o “debate epistemológico com o debate da origem da idéia moderna de espaço” (Moreira *apud* Douglas Santos, 2002:11). Nas palavras de Douglas Santos: “O espaço kantiano foi sendo cultivado muito antes do próprio Kant, mas, sem dúvida, é o pensador de Königsberg que lhe dá a formatação definitiva. Pensar a geografia que hoje conhecemos sem levar em consideração as bases em que ele a constituiu seria, no mínimo, temeroso”. (2002:188). Entretanto, optamos por analisarmos somente a sua contribuição a respeito das formulações sobre as origens do espaço.

passagem, Kant chega à conclusão de que a unicidade é a condição da fragmentação, o que significa que a representação somente é possível quando se entende o espaço como algo absoluto.

Por fim, em sua exposição metafísica de espaço, afirma Kant (2003:69):

“A representação de espaço é uma grandeza infinita dada. (...) Entretanto, nenhum conceito, enquanto tal, pode ser pensado como se encerrasse em si uma infinidade de representações. Mas é assim que o espaço é pensado – já que todas as partes do espaço existem ao mesmo tempo no espaço infinito. Então, a representação originária de espaço é intuição a priori e não conceito”.

Santos (2002:182), analisa:

“O desenrolar de todo o discurso kantiano, até aqui reproduzido, parece nos levar a uma causação circular, isto é, se a noção de espaço é anterior ao próprio conceito – está no plano da intuição -, então nada mais nos resta que constatar a impossibilidade do conceito e, portanto, do próprio conhecimento”.

Immanuel Kant quer nos dizer que o espaço não pode ser determinado pelas coisas existentes nele, pois as determinações não podem ser intuídas antes das coisas a que se referem. Portanto, “O espaço [que é intuitivo] não é senão a forma de todos os fenômenos dos sentidos externos (...)” (Kant, 2003:70), a condição subjetiva da sensibilidade, única que permitiria a intuição externa.

A Noção de Espaço no Determinismo Ambiental³

Segundo Corrêa (2002), os defensores deste paradigma, que muito influenciou a geografia moderna, alegam que as condições naturais do meio, em especial as climáticas e sua variação de temperatura ao longo do ano, determinariam o comportamento do homem, interferindo na sua capacidade de progredir moral e intelectualmente. Aqueles povos localizados em áreas de temperaturas mais amenas tenderiam a “evoluir” muito mais do que outros localizados em lugares ou “espaços” com temperaturas mais rigorosas. Advinda das teorias naturalistas de Lamarck e Darwin sobre sobrevivência e adaptação dos indivíduos ao meio natural, o “espaço vital” de Friedrich Ratzel seria o território que expressa uma relação de equilíbrio entre a população aí residente e os recursos naturais disponíveis para sua manutenção. Como as populações – em condições normais – tendem a crescer, os povos mais “evoluídos” ou mais “fortes” tecnicamente, buscariam ampliar seus territórios, na

³ Achamos por bem não nos determos muito em conceituar o “determinismo ambiental”, preferindo discutir apenas o que nos interessa neste momento, a sua noção de espaço.

tentativa de manter o citado equilíbrio, mesmo que às expensas de outros, considerados mais “fracos” ou menos “evoluídos”. Neste caso, Ratzel constrói seus dois conceitos mais fundamentais: o de território e espaço vital. O primeiro seria qualquer porção da superfície da Terra apropriada por um grupo humano, onde destaca-se que é a propriedade que qualificará o território. “Desta forma, o território é posto como um espaço que alguém possui, é a posse que lhe atribui identidade”. (Moraes, 1990:23). Já o “espaço vital”:

“(…) manifestaria a necessidade territorial de uma sociedade, tendo em vista seu equipamento tecnológico, seu efetivo demográfico e seus recursos naturais disponíveis. Seria assim uma relação de equilíbrio entre a população e os recursos, mediada pela capacidade técnica. Seria a porção do planeta necessária para a reprodução de uma dada comunidade”. (Moraes, 1990:23).

Neste caso, a defesa do território é compreendida como um imperativo da história, que passaria a ser delineada por uma “luta pelo espaço”. O direito de um povo a determinada porção da superfície da Terra assenta-se no trabalho ali desenvolvido e, principalmente, em seu poderio bélico. Tanto à propriedade quanto a luta pelo espaço são postas como “naturais à história”. (Moraes, 1990:24).

Notamos a noção empirista de espaço, muitas vezes confundida com o território. Neste caso, o “espaço” ou o “território” já existem, restando aos geógrafos descrevê-lo e explicá-lo convenientemente, não sendo necessária nenhuma teorização mais refinada. A região natural dos deterministas seria concebida como uma parte da superfície terrestre definida e caracterizada pela interação dos elementos da natureza, sejam eles o clima, o relevo ou a vegetação. Um território seria a área administrativa de um país ou reino e a região seria qualquer conjunto de características fisiográficas, que poderiam ou não, superpor-se às fronteiras dos territórios. A definição de um território – que como dito antes, confundido com a noção de espaço⁴ – ou de uma região faz-se através de critérios empíricos, observáveis pelos sentidos, entendidos como “coisa” e não como “conceito”⁵.

A Noção de Espaço no Possibilismo

Esta corrente do pensamento geográfico teve origem nas formulações de Paul Vidal de La Blache, na França de fins do século XIX. Era uma clara reação às formulações deterministas alemãs e, portanto, criticava os métodos desta última. La Blache era um

⁴ Milton Santos também evidencia o território como sinônimo de espaço. Entretanto, não cai nas armadilhas de se considerar o território ou o espaço como “palco” dos acontecimentos históricos.

⁵ Poderíamos, evidentemente, tecer o rol de críticas a esta maneira empírica de definir o espaço ou as regiões, mas acreditamos haver vasta literatura que trata do assunto, bem como as críticas sobre o próximo item, o possibilismo. Neste sentido, consultar Corrêa (2002), Moraes (1987), Milton Santos (2002b), Ferreira & Simões (1986), Moraes (1990), Christofolletti (1985), Capez (1981), dentre outros.

historiador praticante do chamado “historicismo” e é considerado o fundador da Escola Regional Francesa.

Segundo Corrêa (2002:28-29):

“(…) o possibilismo considera a evolução das relações entre o homem e a natureza, que, ao longo da história, passam de uma adaptação humana a uma ação modeladora, pela qual o homem com sua cultura cria uma paisagem e um gênero de vida, ambos próprios e peculiares a cada porção da superfície da Terra”.

Neste caso, região e paisagem tornam-se conceitos equivalentes ou que podem se igualar, haja vista que a região possibilista é considerada uma entidade concreta, um dado da vida, tal qual a paisagem. Cabe ressaltar que a região possibilista torna-se o objeto de estudo da própria geografia e era definida como o “(…) espaço em que se sintetizam o ambiente natural e o aproveitamento que o homem faz do meio, dando assim grande importância à história”. (Ferreira & Simões, 1986:74).

O espaço possibilista é apreendido como uma porção qualquer da superfície terrestre, “palco” onde a relação entre o homem e o meio se concretiza, gerando a região. Não há, portanto, uma preocupação sobre a “produção do espaço” na geografia lablachiana, considerando o espaço apenas como algo já dado, *a priori*, sendo que a “região” – neste contexto específico – torna-se o centro das preocupações geográficas.

Os limites específicos da região possibilista poderiam ser determinados por diversos componentes, como o clima, o solo ou a vegetação. O que importava, de fato, é a existência de uma combinação específica da diversidade, ligada à noção de harmonia das relações entre o homem e o meio, conferindo singularidade àquela região, ou seja, algo que a diferenciava das demais, suas características próprias. Tanto a corrente determinista quanto o possibilismo conferem caráter empírico para a região ou espaço, implicando em algo auto-evidente, como “coisa” dada (Corrêa, 2002).

A Noção de Espaço na Geografia do Comportamento e da Percepção

Uma das correntes do pensamento geográfico também importante neste contexto é a chamada “geografia do comportamento e da percepção”. Neste caso, o que preocuparia estes geógrafos seria a investigação acerca das decisões tomadas pelos homens na organização espacial e que fugiria muitas vezes aos esquemas propostos pelos modelos econômicos. Dito de outra forma, a resposta sobre a organização espacial da sociedade seria encontrada nas condições psicológicas do indivíduo – privado ou coletivo -, pois o homem organiza o meio em função da percepção que tem e não sobre um conhecimento objetivo do espaço.

Yi-Fu Tuan (1983:06) assim se remete ao espaço:

“Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor. Os arquitetos falam sobre as qualidades espaciais do lugar; podem igualmente falar das qualidades locacionais do espaço. As idéias de ‘espaço’ e ‘lugar’ não podem ser definidas uma sem a outra. A partir da segurança e estabilidade do lugar estamos cientes da amplitude, da liberdade e da ameaça do espaço, e vice-versa”.

Neste caso, a partir de relações entre a emoção, a sensação e a percepção, o autor nos leva a entender o espaço dentro de uma perspectiva da vivência, da experiência. Novamente o espaço é entendido como algo *a priori*, já existente e na medida em que o conhecemos, torna-se lugar. Então, o espaço é dado pela capacidade de mover-se de um lado para outro, a partir da localização relativa dos objetos, através das distâncias que separam ou unem os lugares.

Nesta concepção, o homem não tem acesso direto ao mundo real e seus componentes, mas antes uma *percepção* a partir de uma *imagem* construída por si próprio, sobre o mundo. Apesar de não termos acesso à *realidade* e a tratarmos a partir de *imagens* construídas, o espaço da geografia da percepção é o espaço da construção intelectual – apesar de uma existência física, palpável, que a partir da experiência torna-se lugar -, mas que varia de indivíduo para indivíduo, não sendo possível uma teoria geral que o explique de uma maneira ampla.

Entretanto, os chamados “espaços sensoriais” variam entre si, de acordo com os sentidos humanos. Ainda assim, de acordo com Yi-Fu Tuan, os homens não apenas discriminam padrões geométricos na natureza, como procuram materializar seus sentimentos, imagens e pensamentos. O resultado seria o espaço, por exemplo, da cidade planejada. Ao que nos parece, este autor toca em pontos chave para o entendimento de uma problemática espacial: os espaços – ou os lugares - são construídos a partir de sensações e sentimentos, individuais e/ou coletivos, impregnados de símbolos e com um caráter ideológico forte. Neste caso, a compreensão da produção do espaço *também* se daria pelo entendimento de como os homens enxergam a si mesmos e aos outros. Arriscaríamos dizer que cada organização humana teria a sua própria organização espacial, dentro de um determinado momento histórico. Esta formulação de Yi-Fu Tuan encontra ecos perceptíveis nas formulações da chamada “geografia crítica marxista”, que colocam a organização da sociedade capitalista, acoplada ao desenvolvimento econômico, como produtora de um espaço para a produção, como veremos na próxima seção.

A noção de espaço na Geografia Crítica Marxista

As transformações sociais e econômicas ocorridas no planeta, principalmente após 1950 irão provocar marcantes alterações no pensamento científico e, por via de regra, no pensamento geográfico. O chamado “desenvolvimento desigual combinado”, bastante utilizado por sociólogos e economistas da época influencia grandemente as novas concepções de espaço que surgem a partir de então. A explicitação dos problemas oriundos do desenvolvimento capitalista, quais sejam: a) As más condições de trabalho e degradação das condições de vida nas grandes cidades; b) O crescimento da miséria generalizada em várias partes do mundo, com especial destaque para as ex-colônias européias do continente africano, de grandes áreas da Ásia e América Latina; c) A percepção de que grande parte dos problemas urbanos e sociais tinha raiz no individualismo proposto pelo “capitalismo selvagem”, com a conseqüente criação de um abismo separando aqueles “mais ricos” daqueles considerados “mais pobres”, levaram à compreensão de que este abismo não ocorria somente dentro de uma sociedade capitalista, mas também entre sociedades, ou seja, existiam grandes desigualdades sociais internas aos países, mas principalmente *entre* países.(Ferreira & Simões, 1986).

De certa maneira, a grande maioria dos cientistas – principalmente sociais – pretendia integrar a teoria marxista as suas análises, surgindo como uma alternativa às conclusões acadêmicas tradicionais, em uma atitude essencialmente antipositivista. A chamada geografia crítica buscou introduzir nas análises espaciais a perspectiva marxista, não se atendo *somente* a aspectos subjetivos e pessoais, como a geografia do comportamento. A grande preocupação destes geógrafos era o atendimento às necessidades de *todos* os homens, ou seja, a ciência deveria buscar, no mínimo, o abrandamento dos problemas sociais. No caso da geografia, ela deveria sugerir o ordenamento espacial necessário à transformação social desejada. Em outras palavras, a ocupação de áreas e o parcelamento do espaço deveriam suprir as necessidades de *todos* e não somente dos proprietários ou do capital, dentro de uma estrutura econômica capitalista. Nesta concepção, o espaço é entendido como uma “variável explicativa”, ou seja, o espaço não pode ser interpretado independente do seu objeto de estudo, qual seja, a própria sociedade.

Alguns autores denominados geógrafos críticos, como é o caso de Moraes & Costa (1999), que discutem o espaço dentro da perspectiva marxista já referida, têm o trabalho como o grande mediador entre o homem e as relações que o rodeiam. Neste caso, procuram dar um sentido prático ao espaço, ou seja, uma tentativa de perceber o processo de “valorização do espaço”. Coadunam com a famosa frase de Milton Santos (*apud* Moraes & Costa, 1999:121): “Produzir é produzir espaço”, e nos remetem a pensar que o espaço é

produzido através das necessidades da produção capitalista. Vejamos uma de suas passagens:

“Sendo o espaço (e tudo o que ele contém) uma condição universal e preexistente do trabalho, ele é, desde logo, um **valor de uso**, um bem de utilidade geral. A produção, desta forma, sempre se realizará sobre as formas preexistentes, sejam naturais ou sociais (herdadas de trabalhos pretéritos). É por isso que o espaço é uma condição geral da produção”. (Moraes & Costa, 1999:123)⁶.

Apesar de concordarmos em alguns aspectos com esta formulação, algumas passagens seguintes destes autores dão extensas margens para o debate e refutações. Silva (2001:15) ressalta que estes autores, ao tentarem definir um “valor no espaço”, entendem o espaço somente a partir da noção de “espaço concreto” - sinônimo de lugar. Neste sentido, a despeito de conter ou não um valor, o espaço continua sendo percebido como um simples palco para os processos que nele acontecem.

Observemos um outro trecho, bastante explícito em relação a interpretação dos autores sobre o conceito de espaço:

“(…) Não há processos espaciais, mas os processos sociais manifestando-se sobre a superfície terrestre. (...) A espacialidade, então, não pertence à esfera deste ou daquele lugar concreto, mas é uma característica imanente de qualquer processo, seja ele social ou natural. (...) A espacialidade, enquanto atributo, está contida em todo o processo de criação de valor. (...) Na busca da totalidade, **a espacialidade é um elemento** da concreção”. (Moraes & Costa, 1999:128)⁷.

Ao afirmar que não existem processos espaciais e sim processos sociais, acreditamos que estes autores entendem o espaço como algo dado, físico, totalmente empírico, como uma cidade, uma região ou um país, incorrendo nos supostos equívocos das correntes do pensamento geográfico, quais sejam: o determinismo geográfico, o possibilismo e a revolução quantitativa positivista. Entendemos que o espaço é produzido pela sociedade através de suas organizações próprias, modos de vida e percepção. Portanto, estudar “processos espaciais” é estudar a sociedade, não sendo possível separá-los. Silva (2001:15) ainda vai mais longe, afirmando que a tentativa destes autores é obscura e incoerente, por tentar atribuir uma valorização ao espaço ao mesmo tempo em que o tratam como mero receptáculo dos processos sociais em curso.

⁶ Destaque do autor.

⁷ Grifo nosso.

O geógrafo brasileiro que melhor definiu o objeto de estudo da geografia e, por conseguinte, a noção de espaço foi Milton Santos (2002b:153):

“O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é, então, verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares”.

Este esforço teórico de Milton Santos nos leva a um outro patamar na epistemologia da geografia: se antes os geógrafos mais se preocupavam em definir a geografia do que o seu próprio objeto de estudo, este autor ressalta a importância da definição de um objeto e a posterior definição da disciplina.

Baseado nesta definição de espaço e entendendo Milton Santos como adepto da chamada geografia crítica, ponderemos alguns pontos: se o espaço é entendido como um conjunto de relações sociais herdadas do passado e associadas com as do presente, compreendemos, pois, a análise da sociedade a partir do capitalismo como modo de produção hegemônico. Este modo de produção só é possível no presente a partir de condições gerais herdadas, logo, a produção do espaço – a partir desta perspectiva analítica – se faz a partir de determinantes econômicos, visíveis no presente na forma de relações sociais e espaciais – como a relação entre capital e trabalho, condomínios fechados e favelas, *shopping centers* e “feirinhas”, “áreas nobres” e “áreas de risco”. Neste caso, o autor equivale o termo espaço ao de território, afirmando que “É o **uso** do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social”. (Santos, 1994:15).

Passemos agora a perceber como as análises da sociedade a partir do modo de produção capitalista negligenciaram a categoria espaço em suas formulações, principalmente na geografia, além da (re)afirmação da importância do espaço enquanto referencial de análise, baseado principalmente nos textos de Soja (1993), Gottdiener (1997) e Lefebvre (2001 e 2002).

A importância do espaço enquanto referencial teórico de análise

Tomemos emprestada a passagem de Lefebvre (*apud* Soja, 1993:57), para iniciarmos esta discussão:

“A dialética está novamente em pauta. Mas, já não se trata da dialética de Marx, tal como a de Marx não era mais a de Hegel (...). A dialética de hoje já não se apega à historicidade e ao tempo histórico, ou a um mecanismo temporal como ‘tese-antítese-síntese’ ou ‘afirmação-negação-negação da negação’ (...). Reconhecer o espaço, reconhecer o que ‘está acontecendo’ ali e para quem é usado, é retomar a dialética; a análise revelará as contradições do espaço”.

A nosso ver, os discursos empregados pela geografia dita marxista ou “crítica”, são os que mais têm atentado para a importância de se repensar o espaço. Aqui cabe considerar que a noção de espaço confunde-se, como bem demonstra Corrêa (2002:54), com outras expressões, como organização espacial, “(...) estrutura territorial, configuração espacial, formação espacial, arranjo espacial, espaço geográfico, espaço social, espaço socialmente produzido ou, simplesmente, espaço”.⁸ Evidentemente sabemos que atualmente não é exclusividade da geografia a adoção do “espaço” como referencial teórico de análise. Encontramos exemplos nas análises econômicas (Lipietz), historiográficas (Hobsbawm) e filosóficas (Lefebvre, Hume), demonstrando a tênue fronteira que separa as ciências, pelo menos no campo teórico. Mas ainda assim cremos que a geografia “crítica” nos traz bons elementos para enriquecer este debate acerca da importância do espaço, principalmente quando olhamos atentamente a obra de Soja (1993). Este autor afirma que a geografia, durante um certo tempo, isolou-se em um mundo próprio, com conhecimentos factuais e raramente compartilhados com os outros ramos do saber. Por sua vez, o marxismo nunca deu importância à “imaginação geográfica”, estando separados durante muito tempo, sem a percepção da importância de uma para o outro (Soja, 1993:57).

Ainda de acordo com Soja, o encontro entre a geografia moderna e o marxismo ocidental se deu principalmente nos anos 1980, na Europa. E é justamente este “encontro” que possibilitou um debate mais profundo acerca da espacialidade da vida social, questionando tradições arraigadas do discurso marxista e, ao mesmo tempo, forçando uma revisão das estruturas conceituais e institucionais da geografia (1993:58). Elucidativa é a frase de Harvey (*apud* Soja, 1993:58): “A geografia histórica do capitalismo tem que ser objeto de nossa teorização, e o materialismo histórico-geográfico, o método de investigação”. Soja deixa claro que isto se tornou uma:

“(...) convocação irresistível para uma reformulação radical da teoria social crítica como um todo, do marxismo ocidental em particular, e das muitas maneiras diferentes como encaramos, conceituamos e interpretamos não

⁸ No caso específico desta pesquisa, optamos por usar o termo “espaço socialmente produzido” quando nos referimos ao espaço de maneira geral.

apenas o espaço em si, mas toda a gama de relações fundamentais entre o espaço, o tempo e o ser social, em todos os níveis de abstração”.

Verdade seja dita, as discussões acerca do ‘espaço’ dão margens a muitas considerações. Uma delas nos chamou a atenção pela profundidade com que toca toda uma ‘suposta’ problemática espacial. A obra de Hissa (2002) nos permite vislumbrar além das aparências impostas pelo discurso científico. Neste ponto em particular, impõe a necessidade de se pensar o espaço não somente como artifício acadêmico, mas como algo vivo e interpenetrante, mas que ainda por fazer:

“Não existe, sob os regulamentos das instituições e das corporações, o que se pode denominar **conhecimento sócio-espacial**. Não existe uma **ciência sócio-espacial**. Não existe uma disciplina científica, com estatutos epistemológicos estabelecidos, intitulada **disciplina sócio-espacial**”. (Hissa, 2002:285).⁹

Deriva-se que, se a geografia pode ser considerada como aquela ciência que estuda a sociedade através de sua ‘organização espacial’(Corrêa, 2002), ela poderia dar origem a todo um sistema estabelecido de análises espaciais, onde caberia todo o conhecimento chamado de sócio-espacial. Mas os questionamentos do autor continuam:

“Contudo, não se pode afirmar a inexistência de um conhecimento espacial (...) desregulamentado, marginal ou periférico, (des)institucionalizado, afastado das corporações, um conhecimento sócio-espacial espregueada - de amplas e férteis planícies – o movimento aprisionado da disciplina”. (Hissa, 2002:286)

Se este conhecimento sócio-espacial existe, tal qual afirma o autor, como foi, por tanto tempo negligenciado em favor de análises essencialmente temporais? Acreditamos que as respostas estarão no retrospecto histórico da geografia, nas suas principais correntes teóricas. Na medida em que o ‘espaço’ sempre foi encarado como ‘coisa’, realidade empírica, principalmente através de características fisiográficas, a noção de “produção do espaço” era impossível de ser concebida. No momento em que a geografia olha com mais clareza as formulações teóricas de outras disciplinas, enxerga a si mesma como detentora de um saber ainda não usado, atrofiado pelas idéias de antigas receitas epistemológicas. A grande vantagem desta nova lucidez no ambiente geográfico é que permitiu a esta disciplina perceber também que não estava sozinha em suas análises, que a economia, a história e a filosofia – principalmente – compartilhavam de problemas eminentemente espaciais. A “quebra” de fronteiras, ainda em fase embrionária, nos leva a

⁹ Grifos do autor.

considerar outros estudos, como o exemplo que se segue, onde vemos a contribuição de Lipietz (1987:15) acerca desta ‘negligência espacial’ da geografia:

“Enquanto o tempo tem sido há muito objeto de longas e profundas reflexões filosóficas e epistemológicas, a reflexão sobre seu par, o espaço, parece ignorada não somente pelos filósofos, mas mesmo por aqueles cuja profissão é estudar-lhe o conteúdo: os geógrafos”.

No livro “O Capital e Seu Espaço”, o autor faz referência à substituição de uma verdadeira conceituação do espaço em favor da utilização das “cômodas metáforas espaciais”. A noção de espaço seria como um “ferro-velho” informe, de onde tiramos as expressões que vêm a calhar e dar uma aparência rigorosa aos discursos científicos. Lipietz nos leva também a interessante definição da dimensão espacial dos problemas econômicos, desenvolvidos na chamada “economia regional ou espacial”¹⁰: a) partindo das teorias econômicas gerais e decompondo os objetos em subconjuntos regionais, transformando o espaço econômico em um conjunto discreto de pontos, com uma distância entre eles. Pode-se estudar ou fazer a “teoria da localização” (em microeconomia) ou o comércio exterior entre os pontos, por exemplo¹¹; b) Aceitar o espaço euclidiano – bidimensional – como um bem em si, ou seja, o consumo da superfície, mas impossível de ser produzida. Aspecto da formação de renda em economia espacial, como é o caso de Alonso. Conclui: “Na realidade, espaço discreto e espaço euclidiano nada mais são do que duas formas refinadas de uma mesma percepção empirista de um espaço homogêneo e isotrópico, neutro, no qual se desenvolveriam os fatos econômicos”. (Lipietz, 1987:17).

Percebe-se que dentro de outras disciplinas acadêmicas, como é o caso da economia, compreendia-se o espaço de uma maneira empírica, ou seja, algo dado *a priori*, lugar onde os acontecimentos econômicos se manifestam, muito próximo, portanto, das definições de espaço dadas pela geografia até meados dos anos 1970. Esta constatação também pode ser observada neste autor: “Mas o que permanece **dado** é a materialização

¹⁰ Como as obras de Lösch e Von Thünen e Alonso. Segundo Camargo (1996:16), “a contribuição teórica de Lösch apresenta elementos que ajudam a explicar o processo de localização industrial decorrentes de fatores aglomerativos, enquanto a de Von Thünen prende-se mais aos fatores desaglomerativos, na busca de explicação das decisões locacionais, ao utilizar centralmente a idéia de renda fundiária em sua formulação. Embora possa-se dizer que a construção teórica de Lösch esteja assentada no paradigma neoclássico do equilíbrio com características estáticas, há em sua formulação o importante conceito de ‘área de mercado’, que abre a possibilidade para se pensar dinamicamente a formação de aglomerações urbanas e industriais. É a partir deste conceito, então, que se permite a vinculação das idéias de **concorrência e espaço**. (...) Lösch baseia seu raciocínio em hipóteses homogeneizadoras, entre as quais as principais são as de que há ubiqüidade em relação às matérias-primas **e a de que o mercado se distribui de maneira uniforme pelo espaço**. (...) Através deste raciocínio, Lösch está definindo uma curva de demanda **no espaço**, onde as decisões de consumir ou a procura por determinada mercadoria sofrem o efeito das variações no custo de transportes. Implicando isto numa elevação ou redução do número de consumidores no espaço, ou seja, na definição da dimensão do mercado”. Observa-se, claramente, a noção empirista de espaço.

¹¹ Pontos esses que podem ser entendidos como regiões, países, cidades ou nações.

de um espaço único, disponível, **a priori**, para tal ou qual uso e ocupação, **preexistente à atividade prática** que dele se apropria, como a **atividade teórica** que o considera como ‘dado’, com suas propriedades topológicas”. (Lipietz, 1987:17).¹²

Enfim, dentre outras coisas, o autor pretende ressaltar um problema grave que perpass(a)ou as ciências sociais: o entendimento do ‘espaço’ como simples receptáculo das ações humanas. Note-se que ele chama a atenção para a consideração do verdadeiro ‘espaço’ de análises: o espaço do capital. E este ‘espaço’ deve ser compreendido através da “(...) articulação das espacialidades próprias às relações definidas nas diferentes instâncias dos diferentes modos de produção, presentes na formação social” (Lipietz, 1987:25). Para ele, é de suma importância perceber que a sociedade recria seus espaços por sobre um espaço construído, dado, herdado de eras passadas e que o entendimento do desenvolvimento das estruturas sociais se fará “(...) a partir da articulação das estruturas sociais e dos espaços que elas engendram”. Corrêa (2002:53) também nos leva a empreender estudos da sociedade através de sua articulação ou configuração espacial, sendo esta a objetivação do estudo geográfico. Em suas palavras: “(...) o objeto de estudo da geografia é, portanto, a sociedade, e a geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial”. Portanto, a ‘organização espacial’ é um meio de vida presente e uma condição para o futuro (produção e reprodução), ou seja, ela é constituída pelo conjunto das várias cristalizações criadas pelo trabalho social, quando a sociedade (re)cria seu espaço para nele se realizar e reproduzir através das formas duradouras, as paisagens construídas. Há que se considerar, ainda, que a organização espacial de nossa sociedade capitalista faz-se de diferentes modos, porém superpostas, dependendo dos objetivos visualizados. Dependendo do objetivo e da atividade, teremos uma cristalização na paisagem diferente da outra. Como exemplo, imagine uma indústria, como a Fiat Automóveis: como o seu objetivo é “acumulação de capital” e a atividade pode ser caracterizada como “fábrica”, encontramos sua materialização no espaço através de “pontos”. Poderíamos dizer que a articulação capitalista desta fábrica se daria através de uma série de pontos no espaço, unidos com os serviços financeiros e/ou contábeis e/ou advocatícios, que estarão ou não em um espaço contíguo, mas que através da tecnologia digital “*on line*”, cria um outro espaço, o espaço de redes ou de fluxos. Ou seja, dentro desta perspectiva, a materialização das coisas no espaço se dá de maneira heterogênea e em ritmos diferentes¹³ e a análise não se dá apenas nesta materialização, mas no processo que a originou.

¹² Ressaltado pelo autor.

¹³ “Imagine um ginásio esportivo polivalente. A quadra está organizada para ali realizarem-se jogos de vôlei, basquete e futebol de salão. Para cada esporte (atividade), a quadra (superfície da Terra) tem um zoneamento específico (regiões), áreas limitadas por linhas onde há certas restrições ou penalidades. (...) A organização espacial global, ao contrário, consiste na simultaneidade específicas. Como se na quadra polivalente estivessem sendo praticados ao mesmo tempo os três mencionados esportes”. (Moreira *apud* Corrêa, 2002:59).

Para continuarmos a compreensão do espaço como referencial importante de análise, vale a pena incluímos uma discussão sobre a ‘força’ do espaço travada por estudiosos marxistas, basicamente os intitulados de estruturalistas¹⁴ e aqueles que tendem para uma ‘teoria do espaço’.¹⁵

Estruturalistas x ‘Lefebvrianos’: Um Debate Enriquecedor

Pelo caminho trilhado até aqui, começamos a vislumbrar o que chamaríamos ‘núcleo duro’ desta trabalho: a importância de se refletir sobre a ‘produção do espaço’ neste momento atual chamado de globalização da economia. A idéia de um ‘espaço sendo produzido’ ficou implícita até então, basicamente porque analisamos alguns períodos vividos pelo pensamento geográfico que negligenciaram a importância desta categoria. Esta noção deriva de uma percepção mais bem trabalhada do marxismo ocidental, não sendo surpresa que, nas correntes do pensamento geográfico que não se utilizavam do marxismo, o ‘espaço’ sempre fosse tratado como “recipiente” onde os fatos acontecem.

O resgate efetuado até agora nos permitiu vislumbrar como a noção de espaço vem se transformando com o suceder dos métodos, com as críticas de um sobre o outro, com a inclusão de novos debatedores. Porém, o que fica claro é a importância – para a ciência de um modo geral e para a geografia em particular – dos debates efetuados, o que propiciou um claro avanço em direção a uma ação científica mais humana e que vise à mudança social. Neste caso, não poderíamos deixar de comentar – mesmo que de uma maneira breve – a importância do espaço para o entendimento da sociedade, na visão de ‘pós-estruturalistas’ e ‘lefebvrianos’. Os resultados levaram a um repensar das ciências sociais, basicamente todos aqueles que se utilizam das formulações de Marx como método analítico.

Neste caso, Costa (1999) observa três principais tendências teóricas de análise dos processos espaciais: “as análises baseadas na economia política, as interpretações pós-estruturalistas e o que denominam populismo urbano”. Baseado em Fainstein, este autor aponta que, no caso da economia política, o ponto de partida é a base econômica, gerando vantagens e desvantagens para as análises. Fainstein (*apud* Costa, 1999) comenta:

“A mais óbvia deficiência do enfoque da economia política é também a sua grande força – seu ponto de partida na base econômica das cidades. [No processo de] identificar a lógica econômica da urbanização capitalista, a economia política delinea – eu penso que corretamente – os limites da reforma e os processos recorrentes que continuamente geram desenvolvimento econômico desigual, subordinação e insegurança. Mas o favorecimento do econômico na corrente de explicação causal leva a um

¹⁴ Principalmente Castells, da linha de pensamento de Althusser.

¹⁵ Lefebvre, Soja, Gottdiener, dentre outros.

freqüente cálculo mecânico de interesses reais, assim como a negação da validade de percepções subjetivas que orientam o comportamento humano”.

Como já comentado na seção anterior, a partir das críticas de Lipietz, a “(...) ênfase que a economia política dá aos processos de produção do ambiente construído e à circulação do capital é essencialmente econômica, desconsiderando a importância que a dimensão espacial tem para a análise dos fenômenos urbanos”. (Costa, 1999).

No caso do enfoque estruturalista, poderíamos dizer que as suas raízes encontram-se em Louis Althusser¹⁶, um dos grandes teóricos do estruturalismo que pretendia, dentre outras coisas, transformar o materialismo histórico em uma teoria da organização social, atacando as tentativas dos membros da Escola de Frankfurt e outros¹⁷ de inserir a chamada ‘psicologia social’ no marxismo ortodoxo (Gottdiener, 1997). Esta ‘psicologia social’ afirmava que a “(...) sociedade e todos os seus elementos agiam como um conjunto ou ‘momento’ dialético, em que aspectos da necessidade econômica estavam relacionados a necessidades culturais e políticas, e vice-versa”. (Horkheimer *apud* Gottdiener, 1997:115). Esta tentativa teórica, que buscava compreender a complexidade dos fenômenos sociais, numa escala individual e comportamental da vida cotidiana, era uma clara crítica ao chamado ‘marxismo ortodoxo’, que transformara em dogma o modo econômico de produção como determinante da política e da cultura, a conhecida superestrutura.

Althusser, fugindo da causalidade empirista do marxismo ‘vulgar’, inseriu uma complexa rede de determinações constituídas de ‘práticas, níveis e instâncias’, o que de acordo com Gottdiener (1997:118), não obteve nenhum êxito. Entretanto, seu discípulo, Manuel Castells, procurou dar início ao ‘debate sobre a teoria do espaço’, na tentativa de responder às formulações de Lefebvre, principalmente da década de 1970. Neste caso, é importante saber que as formulações de Castells sobre o ‘espaço’ baseiam-se na já citada visão estruturalista, enquanto Lefebvre reafirmava o espaço como sendo muito mais do que o reflexo das nuances econômicas. De acordo com Gottdiener (1997:120), o enfoque da teoria do espaço em Manuel Castells seria semelhante à de Lefebvre, ou seja, o espaço seria um produto material de uma dada formação social, entretanto, o espaço seria uma determinação das ‘forças produtivas e pelas relações de produção que se originam delas’. Nas palavras de Castells (*apud* Gottdiener, 1997:120):

“Não existe uma teoria específica do espaço, mas simplesmente um desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, a fim de

¹⁶ Nas décadas de 1950 e 1960, principalmente.

¹⁷ Como Marcuse, Horkheimer, Adorno, Benjamim, Lukács, Gramsci.

explicar as características da forma social particular, o espaço, e de sua articulação com outras forças e processos, historicamente dados”.

A grande tentativa de Castells era impor uma abordagem estruturalista ao fenômeno urbano, que segundo ele, seria a unidade espacial da reprodução da força de trabalho. Neste caso, Gottdiener (1997:123) aponta as seguintes características da teoria do espaço em Castells: a) seria uma aplicação da abordagem de Althusser e uma explicação da produção da paisagem construída; b) representava a opção por resgatar o termo ‘urbano’, definindo-o teoricamente como uma unidade espacial – dentro do sistema estrutural – que produziria o chamado ‘ambiente construído’. Curiosamente, no já famoso posfácio do livro *A Questão Urbana*¹⁸, Castells revela suas preocupações com relação à abordagem estruturalista althusseriana, procurando canalizar seus esforços para a especificidade do ‘urbano’ e todos os processos advindos desta análise – como a crise estrutural da sociedade, evidenciada no espaço urbano. Gottdiener (1997:123) afirma que Castells desenvolve, na verdade, uma teoria dos problemas urbanos e não uma teoria da produção do espaço propriamente dita, o que o faz afastar-se consideravelmente desta última opção, em direção ao ‘marxismo evolucionista’, com as constantes previsões de crises:

“Acredito que estamos à beira de uma catástrofe **sócio-espacial**¹⁹ gigantesca, mas não, como dizem os ecologistas, por causa do processo de metropolitanização (sic) e devastação dos recursos naturais²⁰. É porque os novos interesses dominantes e as novas revoltas sociais tendem a dissociar o espaço das organizações e o espaço da experiência”. (Castells *apud* Gottdiener, 1997:124).²¹

Por último, Fainstein (*apud* Costa, 1999) afirma que o enfoque estruturalista, apesar do grande espaço que obteve nos últimos anos, não responde às questões sobre a

¹⁸ No original, *The Urban Question*.

¹⁹ Grifo nosso.

²⁰ A propósito, nos perguntamos se a escassez de recursos naturais e as novas revoltas sociais não seriam faces de uma mesma moeda: o domínio e controle do espaço, produzido e modificado para atender ao capitalismo, deixando de lado questões sociais e ecológicas mais urgentes.

²¹ É fato também que Castells reviu muitos de seus pontos de vista, principalmente no que concerne à aceitação de uma teoria do espaço. A passagem a seguir ilustra bem esta mudança: “O espaço não é um ‘reflexo da sociedade’, ele é a sociedade. (...) Portanto, as formas espaciais, pelo menos em nosso planeta, não de ser produzidas, como o são todos os outros objetos, pela ação humana. Não de expressar e executar os interesses da classe dominante, de acordo com um dado modo de produção e com um modo específico de desenvolvimento. Não de expressar e implementar as relações de poder do Estado numa sociedade historicamente definida. (...) Ao mesmo tempo, as formas espaciais serão marcadas pela resistência das classes exploradas, dos sujeitos oprimidos e das mulheres dominadas. E a ação desse processo histórico tão contraditório sobre o espaço será exercida numa forma espacial já herdada, produto da história anterior e sustentáculo de novos interesses, projetos, protestos e sonhos. Finalmente, de quando em quando, surgirão movimentos sociais para questionar o sentido da estrutura espacial e, por conseguinte, tentar novas funções e novas formas”. (Castells *apud* Soja, 1993:90).

complexidade dos fenômenos sócio-espaciais urbanos. Por outro lado, na visão da autora, o pós-estruturalismo “(...) é um termo impreciso que abarca uma variedade de formulações que enfatizam a contingência sobre estrutura no processo de explicar resultados”, o que de acordo com Costa (1999), resulta em explicações reducionistas, pois aceita a cultura como a origem da identidade política, abandonando “tanto a análise econômica quanto o reconhecimento dos interesses de classe” (Fainstein *apud* Costa, 1999).²²

Já o chamado populismo urbano, que prioriza a democracia e os direitos individuais, trata-se de um enfoque “que prioriza as preferências da população, significando que ele existe mais em termos de prática do que em teoria”. (Costa, 1999). De acordo com Costa (1999), “Poder-se-ia portanto afirmar que não se trata exatamente de uma teoria, mas de uma crença em certos princípios e direitos baseados na ética da democracia liberal”.

As reflexões de Henri Lefebvre, por sua vez, significaram grandes avanços acerca da produção do espaço: enquanto a grande maioria dos teóricos marxistas sempre enxergou o espaço como a materialização do desenvolvimento capitalista, sendo que os seus traços distintivos nada mais eram do que ‘epifenômenos’, ele afirmava que o espaço deveria ser considerado como um elemento das forças produtivas, principalmente através de sua forma (Gottdiener, 1997:127). Em outros termos, o ‘*design*’ espacial é um aspecto das forças produtivas da sociedade, juntamente com a técnica, o conhecimento humano e a força de trabalho. O arranjo espacial de uma cidade, por exemplo, aumenta ou diminui as forças produtivas: ‘usa-se espaço exatamente como se usa uma máquina’. Para Lefebvre, o capitalismo sobreviveu, em parte, pelo uso que fez do espaço, reforçando as relações sociais necessárias à sua perpetuação e o controle das relações e formas espaciais tem para a sociedade a mesma importância que a luta pelo controle dos outros meios de produção.

Gottdiener (1997:129) analisa o esforço teórico de Lefebvre, argumentando que se o espaço é uma força de produção, então é parte essencial deste processo, nos levando a compreender, dentro de uma relação dialética, que o espaço também é produto das relações de produção, conforme analisa Harvey. Há que se ressaltar, também, que o Estado usaria o espaço como forma de garantir sua legitimação, controlando os lugares, a hierarquia das partes, a segregação e homogeneidade dos espaços. A organização espacial representa a hierarquia do poder, quando a forma espacial torna-se elemento político de

²² Extremamente relevante é a postura de Costa(1999), quando escreve que o pós-estruturalismo não é um completo equívoco, pois “os textos hoje produzidos sobre o urbano e os processos sócio-espaciais perderam a linguagem comum de um paradigma dominante, que permitia um melhor entendimento de conceitos utilizados. A Torre de Babel que se instalou nos últimos anos, no entanto, não significa um retrocesso na produção do conhecimento sobre os processos sócio-espaciais. Ao contrário, pode-se pensar positivamente no sentido de que este momento de incertezas pode ser também um momento de criatividade em termos de posições de avanços na transformação social”.

controle social, por parte do Estado, e que garante a promoção dos seus interesses administrativos. Lefebvre vê o conflito social, a luta de classes e de interesses econômicos, todos materializados no espaço, ou seja, todo este conflito tem origem na contradição do espaço capitalista, onde é pulverizado pelas relações sociais da propriedade privada. Em sua própria afirmação, diz: “Nem o capitalismo nem o Estado podem manter o espaço caótico e contraditório que produziram. (...) Em toda parte, as pessoas estão compreendendo que as relações espaciais são também relações sociais”. (Lefebvre *apud* Gottdiener, 1997:131). Nesta concepção, a importância do espaço é conquistada “(...) pela dialética entre valor de uso e valor de troca, que produz tanto um espaço social de usos quanto um espaço abstrato de expropriação” (Gottdiener, 1997:131). A compreensão de que o espaço é produzido, tal qual uma mercadoria, mas que tem ao mesmo tempo uma realidade material e uma propriedade formal nos leva-nos a compreender que o “(...) espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que reage a si mesmo e a esse processo”. (Gottdiener, 1997:133). Lefebvre compreende que “O estudo das lógicas do espaço conduz ao das contradições do espaço (e/ou do espaço-tempo)”. (Lefebvre, 2002:156).

Outro autor importante para a geografia, Edward Soja (1993) também ressalta a importância de Lefebvre para os estudos sobre a produção do espaço, principalmente na geografia. No seu entendimento, a obra²³ de Lefebvre pode ser considerada como “(...) a mais vigorosa afirmação teórica e política que já se fez, no marxismo ocidental, sobre a importância da espacialidade e a existência de uma problemática espacial intrínseca na história do capitalismo”. (Soja, 1993:65). Em uma entrevista de 1983²⁴, Lefebvre comenta: “procurei introduzir o conceito de produção do espaço, espaço como um produto social e político, espaço como um produto que se vende e se compra”. (*Apud* Espaço & Debates, 1990:63). E vai mais longe, observando alguns equívocos nas análises estruturalistas sobre o espaço urbano:

“Os problemas urbanos são certamente novos para o marxismo, embora tenham surgido muito antes do tempo presente, especialmente no que diz respeito ao mercado e à realização da mais valia, como aparece no trabalho de Rosa Luxemburgo. Ela se interrogava como e onde a questão da mais valia produzida nas empresas se realizava. Isso é o que induz a um esquema marxista, tal como foi proposto de forma simplista por Castells, de um lado está a empresa e a produção, de outro, a cidade e o consumo. Mas Castells não compreende o espaço, ele o coloca de lado. (...) eu proponho o conceito de produção capitalista que conseguiu produzir

²³ Principalmente os livros: *La Survie du Capitalisme* (1973), *La Production de l'espace* (1974), *La Révolution Urbaine* (1970), traduzida para o português com o título: *A Revolução Urbana*, 1999.

²⁴ Publicada originalmente em *Villes em Parallèle* 7.

o espaço sem espaço, da mesma forma que o modo de produção produziu seu espaço na Idade Média ou o modo de produção na Antiguidade criou seu próprio espaço”. (Lefebvre *apud* Espaço & Debates, 1990:64).

Por outro lado, Soja (1993) refaz um trajeto minucioso da construção histórica de uma geografia chamada de ‘pós moderna’, onde a perspectiva espacial de análise se faz presente. Tanto Lefebvre quanto Soja procuram inserir esta visão no marxismo ocidental, enfrentando várias críticas, principalmente em função do que Soja chamou de uma ‘ortodoxia marxista enrijecedora’ do pensamento dialético. Segundo sua afirmação, o objetivo de seu trabalho é bastante claro: [Procuramos] “(...) abrir espaço para o discernimento de uma geografia humana interpretativa, para uma hermenêutica espacial” (1993:08).

A partir daqui evidencia-se a importância de análises sobre a produção do espaço, tendo em vista a sua relevância para o entendimento das questões sócio-espaciais. Isto significa entender os processos analisados sob a égide de um conhecimento sócio-espacial, mesmo à revelia de uma sistematização formal e epistemológica deste saber²⁵.

Considerações à Margem de Conclusões

Revisitando agora o que foi explorado neste artigo, faz-nos pensar sobre o caminho percorrido: a pretensão primeira, de fazer dialogar diversas correntes e autores, da geografia e fora dela, nas discussões sobre o espaço, a nosso ver, foi atingida. No primeiro capítulo, por exemplo, curiosamente encontramos formulações semelhantes em autores temporalmente distintos. Kant, por exemplo, atinava para o fato do conceito de espaço não poder ser abstraído empiricamente, ou seja, não se pode compreendê-lo através das “coisas” existentes nele, pois o espaço é anterior a elas. Quando chamamos Lipietz e Lefebvre para dialogar com Kant, encontramos semelhanças entre concepções, apesar dos contextos distintos.

O primeiro alegava que o espaço ainda não havia sofrido uma conceituação de fato, pois os postulados econômicos, principalmente da economia regional ou espacial, enxergavam o espaço apenas como receptáculo, homogêneo e isotrópico, onde os fatos econômicos se desenvolveriam. Ora, é possível entender o espaço através das coisas existentes nele? Já respondemos que não. Lipietz, mesmo sem o saber, concordava com Kant, apesar de diferenças marcantes de pensamento e de objetos de teorização.

Lefebvre, por seu lado, ao considerar o espaço como elemento das forças produtivas, com destaque para a análise de suas formas, do espaço construído, sugere que o uso do

²⁵ Acreditamos, por conseguinte, que a geografia é capaz de preencher esta lacuna, na medida em que os estudos geográficos dêem-se nesta perspectiva ‘espacial’.

espaço, talvez até mesmo seu controle, possibilitou a perpetuação das relações capitalistas através dos tempos. Em outras palavras, tal qual discutido na seção 1.2.1 do capítulo primeiro, “(...) o espaço tem a propriedade de ser materializado por um processo social específico que rege a si mesmo e a esse processo”. Entender as lógicas espaciais, as formas que foram construídas através de um processo, leva-nos a compreensão das contradições do espaço e da própria sociedade. Resumindo, temos que conceber antes o conceito de espaço, para a seguir compreender a relação das “coisas” existentes nele. Mas é também através delas que se torna possível compreender o processo que as originou, não sendo este espaço mero “palco” de forças: ele próprio torna-se mediador de processos futuros, através daquilo que já têm construído, advindo de tempos passados.

A proposta lefebvriana vai além, evidentemente, daquilo que é possível ressaltar neste trabalho. Não obstante, a materialização do processo – que segundo Lefebvre deve ser estudado e compreendido – dá-se através das cidades, das paisagens construídas. Segundo ele, a materialidade específica dos processos espaciais encontra-se no espaço urbano, onde cabem o “vazio e a plenitude” e a “totalidade das consciências”, o lugar da simultaneidade. E o que dizer dos estudos efetuados por Milton Santos acerca do espaço ou da noção de território, também ressaltados no primeiro capítulo? O que seria este território usado – “objeto da análise social” – se não ecos do espaço vital ratzeliano, já que é a posse do território que lhe atribuiria identidade?²⁶

Efetivamente podemos dizer que buscamos refletir sobre o conceito de espaço na e fora da geografia, com o fito de aprofundar as discussões que atualmente são realizadas sobre a produção do espaço, seja urbano ou rural. Neste sentido, as discussões sobre planejamento urbano, “papel das cidades”, Estatuto da Cidade talvez sejam melhor encaminhadas através da ótica do espaço enquanto referencial teórico de análise.²⁷

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. K. *Modernidade e gestão do território no Brasil: da integração nacional à integração competitiva*. Espaço e Debates, nº 32, 1991.

BODDY, Martin. *Reestruturação industrial, pós-fordismo e novos espaços industriais: uma crítica*. In: VALLADARES, L. & PRETECEILLE, E. (Org.) Reestruturação urbana: tendências e desafios. São Paulo: Livraria Nobel. 1990

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2000.

²⁶ Esta passagem pode causar estranheza em alguns estudiosos, já que se considera Ratzel como um positivista convicto, enquanto que Milton Santos dedicou boa parte de sua obra para questionar os pressupostos positivistas. Entretanto, acreditamos na força do discurso ratzeliano, que apesar de ficar empobrecido pela adoção do positivismo, consegue enxergar o uso e a posse do território como imprescindíveis para as análises da sociedade (Moraes, 1990). Deriva-se daqui que este mesmo uso e posse do território, dentro de uma estrutura capitalista como a nossa, vai dar origem a conflitos e contradições, próprias deste modo de produção. Neste caso, como salienta Lefebvre, a luta por direitos e a luta por melhores condições de vida traduzem-se em uma luta por “espaço”.

²⁷ Uma pequena ressalva deve ser apontada: por razões de espaço editorial, optamos por retirar deste artigo o exemplo considerado, qual seja, a Fiat Automóveis e seu impacto espacial na RMBH.

- COMPANS, Rose. *O paradigma das global cities nas estratégias de desenvolvimento local*. In: Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais. Nº 01, Maio de 1999.
- CORREA, Roberto Lobato. *Região e Organização Espacial*. São Paulo: Ática, 2002. 7ª Edição, 2ª impressão.
- COSTA, Geraldo Magela. *Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?* Porto Alegre, ANPUR. 1999.
- _____. *Impactos de Grandes Projetos Industriais: desorganização/reorganização espacial dos processos econômicos e populacionais*. Anais do VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1992.
- COSTA, Geraldo Magela. *Conseqüências sócio-espaciais de grandes projetos industriais: o caso da Fiat Automóveis, Betim/Região Metropolitana de Belo Horizonte*. In: Regiões e cidades, cidades nas regiões: O desafio urbano-regional. São Paulo: Editora Unesp, 2003. 449-464.
- DICKEN, Peter. *Global shift: transforming the world economy*. New York-London: The Guilford Press. 1998.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Desenvolvimento Poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização*. Nova Economia, volume 03. Belo Horizonte, Set. 1993.
- DINIZ, Clélio C. & CROCCO, Marco A. *Reestruturação Econômica e Impacto Regional: O Novo Mapa da Indústria Brasileira*. Nova Economia, Volume 06, número 01. Jul.1996
- FERREIRA, C.C. & SIMÕES, N.N. *A evolução do pensamento geográfico*. Lisboa: Ed. Gradiva. 1986.
- FONSECA, Venilson L.B. *Impactos sócio espaciais da privatização da Açominas, no município de Ouro Branco, a partir da percepção de informantes chave*. Monografia, IGC-UFMG. 2001
- GOTTDIENER, Mark. *A produção social do espaço urbano*. São Paulo: EDUSP. 2ª edição, 1997.
- HARVEY, David. *Condição Pós Moderna*. São Paulo: Edições Loyola, 1992.
- _____. *Do Gerenciamento ao Empresariamento: a Transformação Urbana no Capitalismo Tardio*. In: Espaço & Debates, nº 39, ano XVI. São Paulo: Neru.
- HISSA, Cássio Eduardo Viana. *A Mobilidade das Fronteiras: Inserções da Geografia na Crise da Modernidade*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- _____. *A Cidade do Capital*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- LEFEBVRE, Henri. *Conversa com Henri Lefebvre*. In: Espaço e Debates. Nº 30, 1990.
- LIPIETZ, Alain. *As Transformações Na Divisão Internacional do Trabalho: Considerações Metodológicas a Esboço de Teorização*. In: Espaço e Debates. Ano IV, Nº 12, 1984.
- _____. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Livraria Nobel S/A, 1987.
- LU, Martin. *Os Grandes Projetos da Amazônia: Integração e Subdesenvolvimento*. In: COSTA, José M. Monteiro (Coord.). Os Grandes Projetos da Amazônia: Impactos e Perspectivas. Belém – PA: Ed. Falangola, UFPA. 1987
- MORAES, Antônio Carlos Robert. (Org.). *Ratzel*. São Paulo: Ática, 1990.
- MORAES, Antônio C.Robert. & COSTA, Wanderley Messias. *A Valorização do Espaço*. São Paulo: Hucitec, 1984. 4ª Edição, 1999.
- SANTOS, Douglas. *A reinvenção do espaço*. São Paulo: Unesp, 2002.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Edusp, 2002a.
- _____. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Edusp, 2002b.
- _____. (Org.) et al. *Território, Globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec/ANPUR, 1994.
- SASSEN, Saskia. *A cidade global*. In: LAVINAS, L; CARLEIAL, L; NABUCO, M.R. Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil. São Paulo: ANPUR/Hucitec. 1993.
- SILVA, Lenyra Rique. *A Natureza Contraditória do Espaço Geográfico*. São Paulo: Contexto, 2001.

SOJA, Edward. *Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

TOPALOV, Christian. *Las contradicciones de la urbanización capitalista: algunos elementos para su análisis*. México: Editorial Edicol Mexico, 1979.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1983.